ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS/SC – 30/09/26
(DOCUMENTO IPREV 7740/2026)

Às quatorze horas do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e seis, reuniram-se, na sala de reuniões anexa ao gabinete (10º andar), os seguintes membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC, sob a presidência do Sr. Yuri Carioni Engelke: Sr. Jean Jacques Dressel Braun, Sra. Aliceana de Andrade Graciosa e Sr. Abelardo Osni Rocha Júnior. O Sr. Marcos Almeida, representante da empresa de consultoria i9 Advisory, participou por videoconferência. Nesta reunião também participaram, como convidados, o Sr. Mauro Luiz de Oliveira, Presidente do IPREV/SC, o assessor do gabinete Sr. Ernesto Montibeller. **Pauta do dia: 1. Posição da carteira em AGOSTO/2026; 2. Cenários Macroeconômicos e deliberações acerca da gestão das carteiras; 3. Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos e de Diligências do RPPS de JULHO e AGOSTO/2026; 4. DPIN para 2027-2031; 5. Credenciamentos vencidos sem abertura de CC.** Inicialmente, foi informado pelo Presidente que todos os documentos, a serem discutidos e analisados nesta reunião, foram disponibilizados aos membros do Comitê para prévia leitura e análise. Lida a pauta, passou-se a sua execução. **Item 1 da Pauta – Posição carteira em AGOSTO/2026** – A consultoria apresentou o desempenho e o montante total das carteiras no encerramento do mês. Carteira Consolidada: Rentabilidade de 1,08% no mês (9,23% no ano), com patrimônio total de R$ 818.712.610,11. Carteira SC/Futuro: Rentabilidade de 1,10% no mês (9,31% no ano), com patrimônio total de R$ 240.708.349,71. Carteira SC/Seguro: Rentabilidade de 1,08% no mês (9,21% no ano), com patrimônio total de R$ 578.004.260,40. A carteira permanece integralmente alocada em Renda Fixa (Artigo 7º, I), com 100% dos recursos em fundos do Banco do Brasil. Após a análise das informações, os membros do comitê de investimentos aprovaram, por unanimidade, o relatório mensal dos investimentos de **AGOSTO de 2026**. Passou-se, a seguir, ao **item 2 da Pauta – Cenários macroeconômicos e deliberações acerca da gestão das carteiras** – **No panorama global,** a principal consolidação do período foi a transição dos bancos centrais das economias centrais para um regime de manutenção ou elevação das taxas de juros: o Fed iniciou um ciclo moderado de aperto, o BCE retomou o movimento de alta e o Bank of Japan caminha para nova elevação. O pano de fundo comum é a combinação de atividade mais resiliente do que o esperado, inflação ainda elevada e nova rodada de pressão nos preços de energia, associada à intensificação do conflito no Oriente Médio e aos ataques ucranianos a refinarias russas. A China oferece o contraponto, com perda de dinamismo e transformação estrutural avançando mais rapidamente pelo lado da oferta do que da demanda. O Brasil segue na direção oposta, em ciclo de flexibilização monetária, mas com expectativas ainda em deterioração e com o quadro eleitoral como variável central para os ativos domésticos. Nos **Estados Unidos** a reaceleração da atividade e inflação persistente elevam a pressão sobre o Fed. Os dados de julho e agosto confirmaram a reaceleração da economia no 3T26, com projeção de crescimento entre 1,75% e 2,75% t/t anualizado (consenso de 2,5%), após o resultado mais fraco do 2T26. A manufatura atravessa sua expansão mais forte em vários anos, com o ISM próximo de 55,0 pelo segundo mês consecutivo, impulsionada pelo ciclo de investimentos em IA e data centers; o ISM de serviços avançou para 55,4, o maior nível desde fevereiro. O mercado de trabalho retornou ao regime de menor ritmo de demissões e fortalecimento das contratações: 162 mil vagas em agosto (consenso de 56 mil), desemprego em 4,1% e participação em alta, mantendo a economia próxima do pleno emprego, sem sobreaquecimento. Na inflação, as leituras melhoraram na margem (a taxa anualizada de três meses do núcleo do PCE recuou de 4,76% em fevereiro para 3,05% em julho; o CPI está em 3,4% a/a), mas as pressões seguem disseminadas, com mais da metade dos componentes do núcleo do PCE acima de 3% a/a e o PCE cheio em 3,7% a/a. Em Jackson Hole, o presidente do Fed sinalizou que inflação persistentemente acima da meta de 2% não será tolerada, deslocando o balanço de riscos e tornando um ciclo moderado de alta de 50 a 75 pontos-base mais provável do que a manutenção prolongada dos juros. A primeira elevação de 25 pontos-base ocorreu na reunião de 16/09, para o intervalo de 3,75% a 4,00% a.a., em voto unânime (CNBC), e as projeções internas apontam para a possibilidade de nova alta ainda em 2026; a curva precifica cerca de 47% de probabilidade de elevação de 25 pontos-

Pág. 01 de 04 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo IPREV 00007740/2026 e o código XJS238L9.

base na reunião de 28/10. Para 2026, o consenso projeta CPI de 3,3% e núcleo do PCE de 3,2%. Na **Área do Euro** a atividade resiliente e energia mais cara mantêm o BCE vigilante. O PIB cresceu 0,4% t/t no 2T26 e o PMI composto permaneceu em 52,0 em agosto, com encomendas externas voltando a crescer pela primeira vez em quatro anos e meio e emprego em alta pela primeira vez em 2026; o desemprego segue em 6,4%, próximo das mínimas históricas. A inflação cheia acelerou de 2,9% para 3,3% a/a, integralmente por energia (de 10,0% para 14,3% a/a), enquanto o núcleo recuou para 2,4% e os serviços para 3,0%: composição favorável, sem evidência de efeitos de segunda ordem até aqui. Após manter a taxa em 2,25% desde a alta de junho, o BCE retomou o ciclo em 10/09, com elevação de 25 pontos-base, para 2,50%, reconhecendo que a inflação deve permanecer bem acima da meta por período prolongado (BCE). A expectativa é de um ciclo total limitado a 50-75 pontos-base, com risco altista caso o choque energético se torne mais persistente ou se prolonguem os gargalos logísticos do rio Reno, cujos níveis excepcionalmente baixos já elevam os custos de frete da indústria alemã. Na **China** o PIB desacelerou de 5,0% para 4,3% a/a no 2T26, ampliando a divergência entre a "nova economia" e os setores dependentes da demanda doméstica. A produção industrial perdeu força (de 5,3% para 4,5% a/a entre junho e julho), o varejo avançou apenas 0,6% a/a, os investimentos fixos recuaram 6,7% no acumulado do ano e o setor imobiliário aprofundou a contração para 19,2%. Em contraste, a produção de bens de alta tecnologia cresceu 16,9% a/a (robôs industriais +30,2%; semicondutores +21,0%) e as exportações do segmento avançaram 52,7%, sustentando superávit comercial de US$ 279 bilhões e superávit em conta corrente de US$ 195 bilhões (3,7% do PIB) no trimestre. A reversão parcial do choque de commodities reabriu as pressões desinflacionárias, com o CPI em 0,5% a/a. O Politburo reiterou a prioridade de acelerar as políticas já anunciadas, fortalecer os ajustes contracíclicos e apoiar setores estratégicos, sem inflexão de grande magnitude: enquanto o crescimento permanecer próximo da meta oficial de 4,5% a 5,0%, a tendência é de ajustes graduais, com recuperação apenas moderada no restante do ano. No **Brasil** o PIB cresceu 0,5% t/t e 2,0% a/a no 2T26, acima do consenso, mas com composição fraca: o consumo das famílias recuou 0,4% t/t, justamente o componente mais sensível às condições financeiras, e o resultado foi sustentado pela agropecuária (+2,8% t/t), pelo consumo do governo (+0,4% t/t) e pela FBCF (+1,2% t/t). Os primeiros dados do 3T26 reforçam a moderação, com a produção industrial de julho recuando 0,5% a/a e carregamento estatístico apontando para retração no trimestre. O mercado de trabalho, contudo, segue apertado: desemprego em 5,3% em julho, próximo da mínima histórica, desligamentos voluntários próximos das máximas e renda real acelerando para 3,3% a/a. Na inflação, o IPCA de agosto registrou deflação de 0,32% m/m, levando o acumulado em 12 meses a 4,22%, abaixo do teto da meta, mas o resultado se apoiou em fatores pontuais (bônus de Itaipu, deflação de combustíveis, passagens aéreas e alimentos in natura). Os serviços subjacentes avançaram 0,5% m/m (5,0% a/a) e os intensivos em mão de obra 0,6% m/m (7,3% a/a), patamar incompatível com a convergência à meta. A expectativa é de reaceleração do IPCA a partir de setembro, com o acumulado em 12 meses voltando a superar o teto da meta desde outubro e se aproximando de 5% ao final do ano e no início de 2027. Do lado fiscal, o superávit primário de julho (R$ 1,4 bilhão) veio abaixo do esperado (R$ 6,4 bilhões) e a dívida líquida do setor público avançou para 69,1% do PIB (bruta em 82,5%). Nas contas externas, o déficit em conta corrente acumula US$ 62,9 bilhões em 12 meses e o real foi a moeda de pior desempenho entre os emergentes em agosto (-2,2%), refletindo o risco eleitoral. Na política monetária, o Copom reduziu a Selic em 25 pontos-base em 16/09, para 13,75% a.a., em linha com a comunicação posterior à reunião de agosto. O diagnóstico, porém, não justifica a continuidade automática do ciclo: a desinflação é temporária, as expectativas de médio prazo seguiram se deteriorando mesmo com inflação corrente melhor (padrão que sugere que os agentes leem a função de reação como acomodatícia e dificulta a reancoragem) e o balanço de riscos tornou-se mais adverso. A curva precifica cerca de 49% de probabilidade de novo corte de 25 pontos-base na reunião de novembro. A avaliação da i9 Advisory é de que uma pausa após setembro proporcionaria relação risco-retorno favorável: com a Selic em território contracionista, aguardar algumas reuniões teria custo limitado, enquanto reverter um ciclo em contexto de deterioração das expectativas teria custo significativamente

Pág. 02 de 04 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo IPREV 00007740/2026 e o código XJS238L9.

maior. O afrouxamento em 2027 segue condicionado à reancoragem das expectativas de longo prazo, à abertura do hiato do produto e à ausência de novos choques de oferta. O cenário externo reforça a cautela: com o Fed retomando o aperto, as condições financeiras globais tendem a permanecer restritivas, especialmente para emergentes com fragilidades fiscais. Com a Selic em 13,75% a.a. e CDI realizado de 14,30% em 12 meses, o segmento pós-fixado segue oferecendo carry elevado com risco de mercado limitado, combinação compatível com a necessidade de liquidez para o pagamento de benefícios. A eventual pausa no ciclo de cortes apenas prolonga a vigência desse carry. As taxas entre 13,3% e 14,1% na curva nominal já embutem trajetória relevante de cortes (o Focus projeta Selic de 13,50% ao final de 2026 e 12,00% em 2027). Diante da assimetria altista apontada pela i9, com pausa mais provável do que continuidade, a exposição a prefixados longos deve permanecer moderada, evitando-se apostas concentradas na aceleração do afrouxamento. Os juros reais de 7,2% a 7,7% na maior parte da curva NTN-B permanecem em patamares historicamente elevados e sustentam o alongamento seletivo como instrumento de imunização dos passivos de longo prazo do regime. A deterioração das expectativas e o risco eleitoral recomendam avanço gradual, priorizando vencimentos intermediários (2028 a 2033), em que as taxas (7,37% a 7,67%) combinam prêmio relevante e menor exposição a risco de cauda. O Ibovespa acumula 25,5% em 12 meses (13,9% no ano) e o rali pós-primeiro turno ampliou o movimento, mas as small caps seguem negativas no ano (-3,0%), evidenciando a seletividade imposta pelos juros domésticos. A diversificação internacional segue entregando resultados superiores (MSCI World de 18,9% e NASDAQ de 22,9% em 12 meses, em moeda original) e justifica a manutenção da exposição global, com atenção a valuations e ao ciclo de aperto do Fed. O real foi a moeda de pior desempenho entre os emergentes em agosto e deve seguir volátil até o segundo turno, ainda que a reação pós-eleitoral tenha sido de apreciação. Mantém-se justificável o hedge cambial parcial das posições. Considerando que, conforme processo IPREV 5264/2026, a operacionalização para aquisição de títulos públicos ainda está pendente junto a DIAD/GEFIC/SEF para viabilizar os registros junto ao SIGEF, limitando as aquisições pela DINV apesar da Diretoria ter todas as ferramentas necessárias para poder fazer a aquisição, foi decidido por unanimidade que, até a viabilização do processo de compras de NTB's para marcação na curva sugerido pelo novo estudo de ALM, serão mantidas as aplicações dos recursos atuais, e novos aportes, preferencialmente nos fundos BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FIF RESP LIMITADA e BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESP LIMITADA, dependendo da possibilidade de aplicação, frente ao regulamento de cada um deles (valor mínimo de aplicação). Também poderão ser aplicados recursos do Fundo SC/Seguro, no fundo BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO SOBERANO RENDA FIXA CURTO PRAZO FIC FIF RESP LIMITADA. Esta aplicação visa atender uma solicitação da DIAD, que necessita de uma certa margem de segurança de liquidez em fundo com resgate automático. Desde já se destaca que esta aplicação deve ser a mínima possível devido aos custos apresentados por um fundo desta natureza. Passou-se, a seguir, ao **item 3 da Pauta - Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos e de Diligências do RPPS de JULHO e AGOSTO/2026** – Com os documentos disponibilizados antecipadamente aos participantes, os relatórios foram aprovados por unanimidade. Passou-se, a seguir, ao **item 4 da Pauta – DPIN para 2027-2031** – Foi apresentada a todos a minuta da DPIN 2027-2031, bem como todas as premissas à sua elaboração, através do processo IPREV 7518/2026. Diferente dos anos anteriores, quando foram montados dois processos para cada plano, foi elaborado uma política consolidada e, dentro da política, separadas as alocações e limites por cada plano. O Sr. Marcos, da I9 Advisory, informou que ela já havia sido analisada pela consultoria e que está em conformidade com as exigências legais, bem como aderente ao ALM realizado. Após análise e discussão, todos os presentes se manifestaram a favor da sua aprovação. O processo será encaminhado, primeiramente para o Gabinete da Presidência para análise e providencias e, posteriormente, para o Conselho de Administração para deliberação. Passou-se, a seguir, ao **item 5 da Pauta – Credenciamentos vencidos sem abertura de CC** – Foi informado a todos acerca do vencimento dos credenciamentos de todas as instituições financeiras. Outrossim, foi informado que somente foi

Pág. 03 de 04 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo IPREV 00007740/2026 e o código XJS238L9.

renovado o Credenciamento junto ao Banco do Brasil. Também foi informado que, apesar de terem sido credenciados os bancos Safra, CEF, Santander, Itaú e BTG Pactual, decorreram-se 2 anos sem fossem abertas as contas. A principal justificativa apresentada pela DIAD seriam as dificuldades e entraves burocráticos junto ao SIGEF e outros sistemas da SEF. Desta forma foi sugerido que, desta data em diante, somente seriam feitos os credenciamentos de instituições que apresentassem produtos que apresentassem rentabilidade, liquidez e volatilidade exigidas e praticadas a DPIN. Sem mais nada a tratar eu, Jean Jacques Dressel Braun, lavrei a presente Ata assinada pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC. Florianópolis, 30 de SETEMBRO de 2026.

Yuri Carioni Engelke
Presidente Comitê de Investimentos

Jean Jacques Dressel Braun
Membro Comitê de Investimentos

Aliceana de Andrade Graciosa
Membro Comitê de Investimentos

Abelardo Osni Rocha Júnior
Membro Comitê de Investimentos

Pág. 04 de 04 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo IPREV 00007740/2026 e o código XJS238L9.

Assinaturas do documento

Código para verificação: **XJS238L9**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN (CPF: 727.XXX.979-XX) em 09/10/2026 às 16:30:17
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:08:03 e válido até 13/07/2118 - 14:08:03.
(Assinatura do sistema)

ALICEANA DE ANDRADE GRACIOSA (CPF: 041.XXX.449-XX) em 09/10/2026 às 16:37:27
Emitido por: "AC ONLINE RFB v5", emitido em 08/08/2025 - 15:18:20 e válido até 07/08/2028 - 15:18:20.
(Assinatura ICP-Brasil)

YURI CARIONI ENGELKE (CPF: 053.XXX.109-XX) em 09/10/2026 às 16:38:28
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:45:10 e válido até 30/03/2118 - 12:45:10.
(Assinatura do sistema)

ABELARDO OSNI ROCHA JUNIOR (CPF: 041.XXX.279-XX) em 09/10/2026 às 17:40:35
Emitido por: "AC SAFEWEB RFB v5", emitido em 16/10/2025 - 18:22:00 e válido até 15/10/2028 - 18:22:00.
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDc3NDBfNzc0MV8yMDI2X1hKUzIzOEw5 ou o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo **IPREV 00007740/2026** e o código **XJS238L9** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.